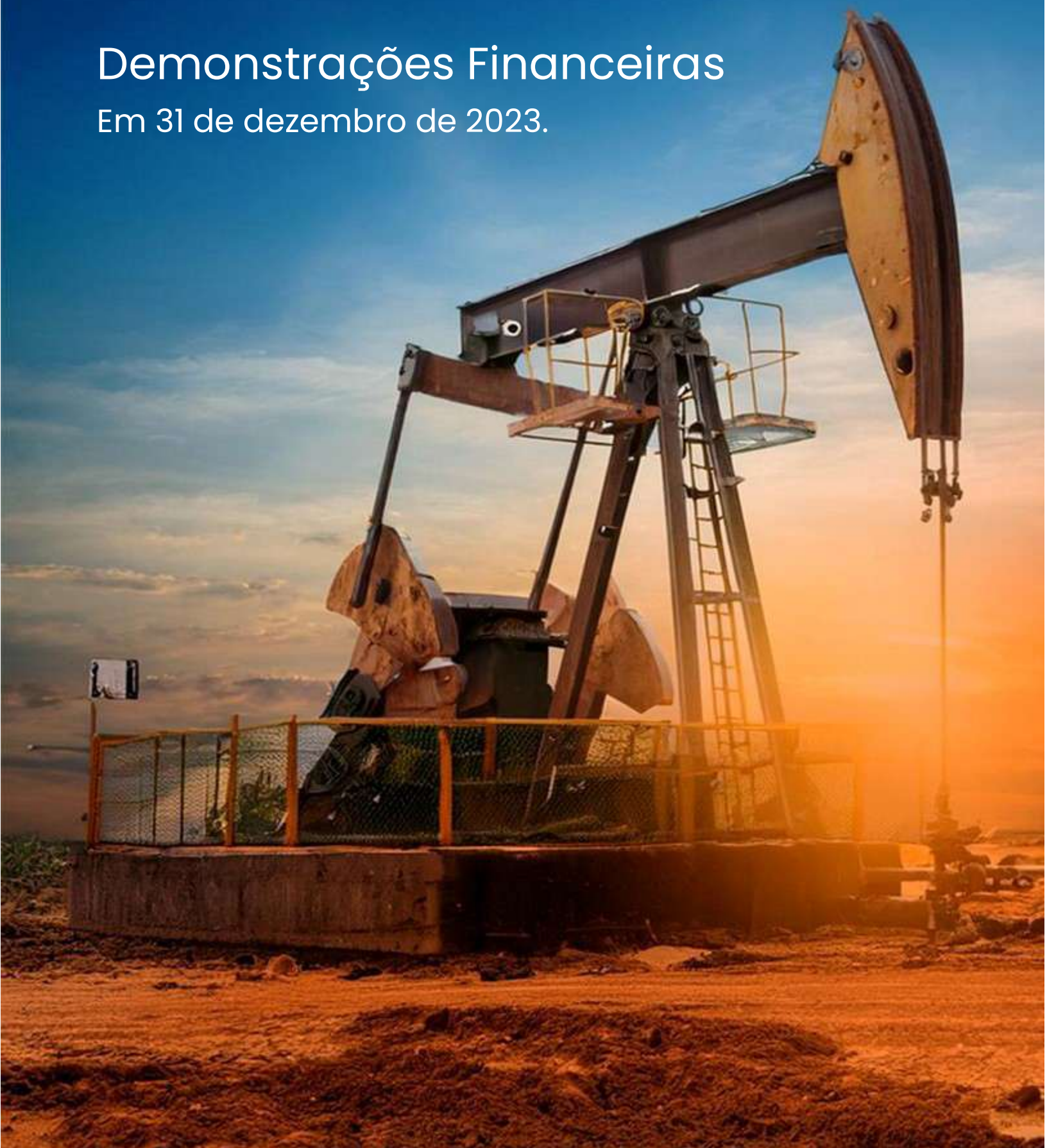


Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023.



AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Azevedo & Travassos Petróleo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações comparativas

A companhia em questão foi constituída durante o exercício social auditado, motivo pelo qual este representa seu primeiro período de elaboração e apresentação de demonstrações contábeis. Em razão disso, não há saldos iniciais de exercícios anteriores, tampouco informações comparativas a serem apresentadas, conforme previsto no item 38 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que admite a dispensa da apresentação comparativa em situações de primeira divulgação das demonstrações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as

deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP

ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004

Assinado de forma digital por
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2025.08.12 16:35:35
-03'00'

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1
Adiantamento a fornecedores		72
		73
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	8	380
Imobilizado	7	185.380
		185.380
Total do ativo		185.833
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores		1
Obrigações tributárias		20
		21
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	8	185.806
		185.806
Total do passivo		185.827
Patrimônio líquido	9	
Capital social		100
Prejuízos acumulados		(94)
		6
Total do passivo e patrimônio líquido		185.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>
Receita (despesas) operacionais	
Despesas gerais e administrativas	(94)
Prejuízo operacional	(94)
 Prejuízo antes do IRPJ da CSLL	 (94)
 Prejuízo do exercício	 (94)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro 2023
(Em milhares de Reais)

31/12/2023

Prejuízo do exercício	(94)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do exercício	(94)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Integralização do capital social	100		100
Prejuízo do exercício		(94)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100	(94)	6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(94)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais	-
	(94)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:	
Adiantamento a fornecedores	(72)
	(72)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	
Fornecedores	1
Obrigações tributárias	20
	21
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(145)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisições de imobilizado	(185.380)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	(185.380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Partes relacionadas	185.426
Aumento de capital social	100
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	185.526
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Constituída em 29 de agosto de 2023, a Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (“ATP” ou “Companhia”) tem como principais atividades a exploração, a produção e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, incluindo as bacias sedimentares brasileiras as quais a Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior, podendo realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados e participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, seja no Brasil ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

A Companhia foi fundada pela Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA”), que iniciou suas atividades de pesquisa e exploração em 1984, por meio de contratos de risco com a Petrobras, sendo reconhecida por sua atuação relevante no mercado de Exploração & Produção (“E&P”) e pela descoberta de óleo na parte terrestre da bacia Potiguar.

Ao longo dos anos, a ATSA assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de petróleo, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Nos anos 2000, a ATSA vendeu seus ativos de petróleo e gás.

Após quase 40 anos dos seus investimentos no setor de Exploração & Produção de Petróleo e Gás Natural, a ATSA retoma suas atividades por meio da ATP, que nasce com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how de mais de 30 anos em exploração e produção de petróleo.

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 2023, não há informações comparativas a serem apresentadas.

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

As informações contábeis estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável o reconhecimento de um ativo financeiro que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como VJR caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro: (i) quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou (ii) quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou ainda quando a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos.

3.8. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.11. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, esse é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.2 Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetada, independentemente do respectivo resultado.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio: Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das Demonstrações Contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025.

IFRS 7/CPC 40 (R1) – Divulgação de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

IFRS 9/CPC 48 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação: Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS, com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023
Aplicações financeiras	1
	1

São classificadas pela Administração da Companhia na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” os valores que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)**7. Imobilizado**

Os saldos e movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Terrenos
Saldo em 31/12/2022	-
Adições	185.380
Saldo em 31/12/2023	185.380

O montante de R\$ 185.380 corresponde a aquisição a prazo de terrenos realizado pela Companhia.

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	31/12/2023
Outras contas a receber com partes relacionadas:	
Azevedo e Travassos S.A.	380
	380
Outras contas a pagar com partes relacionadas:	
Azevedo e Travassos S.A.	(185.806)
	(185.806)
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido	(185.426)

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do exercício de 2023, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

(c) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração para o pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)**

9. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia correspondia ao valor de R\$ 100.000, dividido em 100.000 ações ordinária.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual de 5% do lucro líquido, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 94, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados.

10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de sensibilidade deste risco.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

11. Eventos subsequentes

11.1. Aumento do Capital Social da ATP

Em 10 de abril de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 122.557.598,00. Após este aumento, o capital social da ATP passou a ser de R\$ 122.657.598,00, representado 122.657.598 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Posteriormente, em 28 de junho de 2024, foi aprovada o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 70.560.603,11, passando o capital social da Companhia dos atuais R\$ 122.657.598,00 para R\$ 193.218.201,17, com a emissão de 70.560.603 novas ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

11.2. Aquisição da Phoenix Óleo e Gás Ltda.

Em 17 de junho de 2024, ATP assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas da sociedade Phoenix Óleo e Gás Ltda ("PHOENIX"). O valor da transação considerando ajustes e os pagamentos diferidos foi de R\$ 157.628 (cento e cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil), divididos em: (a) R\$ 7.500 (sete milhões e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

quinhentos mil reais) em moeda corrente nacional, a serem pagos em 9 parcelas até dezembro de 2026, (b) R\$ 8.833 (oito milhões oitocentos e trinta e três mil) pela assunção da integralidade dos passivos financeiros da Sociedade, (c) R\$ 129.800 (cento e vinte e nove milhões e oitocentos mil de reais) mediante permuta imobiliária dos ativos não operacionais da ATP, e (d) R\$ 11.495 (onze milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil) referente à parcela variável (earn-out) condicionada ao atingimento de metas de lucratividade pela PHOENIX.

A PHOENIX é detentora dos direitos de concessão do Polo Periquito, composto pelos campos: (i) Periquito; (ii) Periquito Norte; (iii) Periquito Nordeste; (iv) Concriz; e (v) Rio do Carmo ("Campos"). A partir de dados públicos, estima-se que os ativos possuem Volume de Óleo In Place (VOIP) de, aproximadamente, 18,4 milhões de barris de óleo e Volume de Gás In Place (VGIP) de 402,9 milhões de m³ de gás. Além disso, os ativos foram muito pouco explorados, estão parcialmente desenvolvidos e são considerados não maduros.

11.3. Contrato de Opção e Cessão de Participação em Concessões

Em 24 de junho de 2024, a ATP assinou um contrato de opção e cessão de participação com a Petro-Victory Energy ("PVE"), uma empresa de exploração e produção de petróleo e gás natural que detém 38 concessões localizadas na porção onshore das bacias Potiguar e de Barreirinhas, situadas no Nordeste do Brasil. As ações da empresa são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (TSXV) sob o símbolo VRY.

O acordo contempla planos de trabalho que serão desenvolvidos em duas concessões da PVE localizadas na Bacia Potiguar, quais sejam Campo de Andorinha e POT-T-281. A ATP arcará com os recursos necessários para realização do plano de trabalho nos ativos, que consiste, a princípio, na perfuração e completação dos poços AND-4 e AND-5 no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2, localizado no POT-T-281. Em contrapartida, a ATP participará dos lucros da produção desses poços na proporção de 75% (setenta e cinco por cento), até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e de 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante, além do direito de poder exercer uma opção de compra dos referidos ativos.

11.4. Conclusão da perfuração do poço 3-AND-5-RN

Em atendimento aos planos de trabalho objeto do contrato de opção e cessão de participação celebrado entre a ATP e PVE, em 5 de julho de 2025, foi concluída com sucesso a operação de perfuração do poço de extensão 3-AND-5-RN, localizado no Campo de Andorinha, na Bacia Potiguar, Rio Grande do Norte.

A perfuração teve início em 25 de junho, atravessando seções de rochas sedimentares, e foi finalizada no embasamento em 5 de julho, na profundidade final de 1.165 metros. Na sequência, foram realizadas as operações de perfilagem e a descida do revestimento de produção com diâmetro nominal de 7 polegadas. A operação foi conduzida pela sonda hidráulica terrestre Drake-2, com os serviços de perfilagem executados pela Halliburton.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Com base na avaliação petrofísica dos perfis elétricos convencionais e dos indícios de hidrocarbonetos nas amostras de rochas, foram identificados aproximadamente 13 metros de possível net pay, distribuídos em quatro intervalos portadores de óleo. A equipe técnica segue analisando detalhadamente os registros e resultados obtidos.

Na sequência operacional, está prevista a mobilização de uma sonda de completação terrestre, com programação para aquisição de perfis especiais de saturação, visando caracterizar com maior precisão os intervalos produtores. Em seguida, serão realizadas as operações de avaliação e a completação do poço para produção, com a posterior conexão do poço à estação Coletora de Andorinha.

11.5. Aporte de capital na Azevedo Travassos Energia S.A. (“ATE”)

Em 27 setembro de 2024, foi deliberado em reunião extraordinária de acionistas da Azevedo Travassos Energia S.A. (“ATE”) o aumento de capital da ATE no valor de R\$ 193.218.201,11, com integralização em bens, mediante a conferência das ações ATP. Desta maneira, a ATE se torna controladora direta da ATP e a ATSA passa a figurar como controlador indireto.

11.6. Declaração de Comercialidade do novo Campo Tanatau

Em 03 de janeiro de 2025, a ANP deferiu a declaração de comercialidade realizada pela PHOENIX referente à área de desenvolvimento Tanatau.

O Campo de Tanatau é oriundo do Plano de Avaliação de Descobertas (“PAD”) do poço 1-PHO-1-RN, perfurado em 2021 no bloco POT-565 e testado e avaliado em 2024. A declaração de comercialidade é total e, além de incorporar a área do PAD, houve a incorporação de uma pequena porção adicional do bloco por especificidades técnicas do reservatório.

A PHOENIX vem trabalhando no Plano de Desenvolvimento do Campo de Tanatau, que deve ser entregue à ANP ainda no mês de janeiro, e estima que, mediante a realização dos investimentos previstos no referido plano, o Campo de Tanatau tem potencial de produção inicial já no ano de 2025 de, aproximadamente, 250 barris de óleo por dia e um volume de óleo in place (“VOIP”) por volta de 3,6 milhões de barris.

11.7. Início da Produção Antecipada do Campo de Tanatau

Ainda em relação ao Campo de Tanatau, em 27 de março de 2025, por meio do Despacho Decisório Nº 413/2024/SDP, a ANP autorizou o início da produção antecipada do Campo, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses.

A referida autorização permitirá o escoamento da produção do poço pioneiro 1-PHO-1-RN, que descobriu o Campo de Tanatau, e dos dois poços de desenvolvimento previstos para serem perfurados no segundo semestre de 2025. Esta atividade inicial permitirá o

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

incremento da produção de óleo em cerca de 150 bbl/dia e trará mais informações geológicas para aprimorar o cálculo das reservas do campo e assim definir a expansão do plano de desenvolvimento com a perfuração de poços adicionais em 2026 e 2027.

Devido à proximidade geográfica entre o Campo de Tanatau e o Campo de Concriz, operado pela PHOENIX, prevê-se a utilização plena da Estação Coletora da produção do Campo de Concriz, o que reduz expressivamente a necessidade de investimentos em instalações de superfície, priorizando assim o uso do capital na perfuração de novos poços.

11.8. Aquisição dos Ativos Polo Porto Carão e Polo Barrinha

Em 07 de fevereiro de 2025, a ATP, em parceria igualitária com a empresa Petro-Victory Energy Corp e suas afiliadas ("PVE"), assinou contrato relativa à aquisição de 13 campos de produção de petróleo, agrupados nos denominados Polo Porto Carão e Polo Barrinha, das empresas 3R RNCE S.A. e 3R Potiguar S.A., respectivamente, subsidiárias integrais da Brava Energia S.A. ("Brava").

A transação, que depende da aprovação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") para o fechamento, foi realizada pelo valor de USD 15.000 (quinze milhões de dólares). Adicionalmente, o contrato prevê que toda a produção e benefício econômico das concessões e de sua produção serão devidos aos compradores, a partir da assinatura do contrato de aquisição, sujeito ao fechamento da transação. No mais, ficou estabelecido que, após aprovação da ANP, a operadora dos campos será a ATP.

Esta transação é complementar à estratégia iniciada em 2024 pela ATP com (i) a aquisição da PHOENIX, empresa detentora do Polo Periquito, com 6 concessões petrolíferas localizadas na Bacia do Potiguar; e (ii) a parceria celebrada com a PVE envolvendo o Campo de Andorinha e o Bloco POT-T-281, também localizados na Bacia do Potiguar. Os campos do Polos Porto Carão e Barrinha estão localizados próximos a esses ativos, apresentando alto potencial para sinergias logísticas e operacionais.

11.9. Construção das instalações de produção de gás

Em março de 2025, a PHOENIX concluiu a construção e o comissionamento das instalações na Estação Coletora do Campo de Periquito que irão permitir a produção comercial de gás natural. As instalações foram concebidas de forma modular, permitindo inicialmente a produção de até 20.000 m³/dia, capacidade essa expansível de acordo com o incremento da produção.

Este novo sistema possibilitará não só o escoamento da produção dos poços existentes nos Campos de Periquito, Periquito Nordeste e Periquito Norte, como também irá garantir que volumes adicionais de gás, provenientes dos três poços que serão perfurados nestes campos ao longo do ano de 2025, alcancem o mercado assim que as atividades de perfuração e completação sejam concluídas.

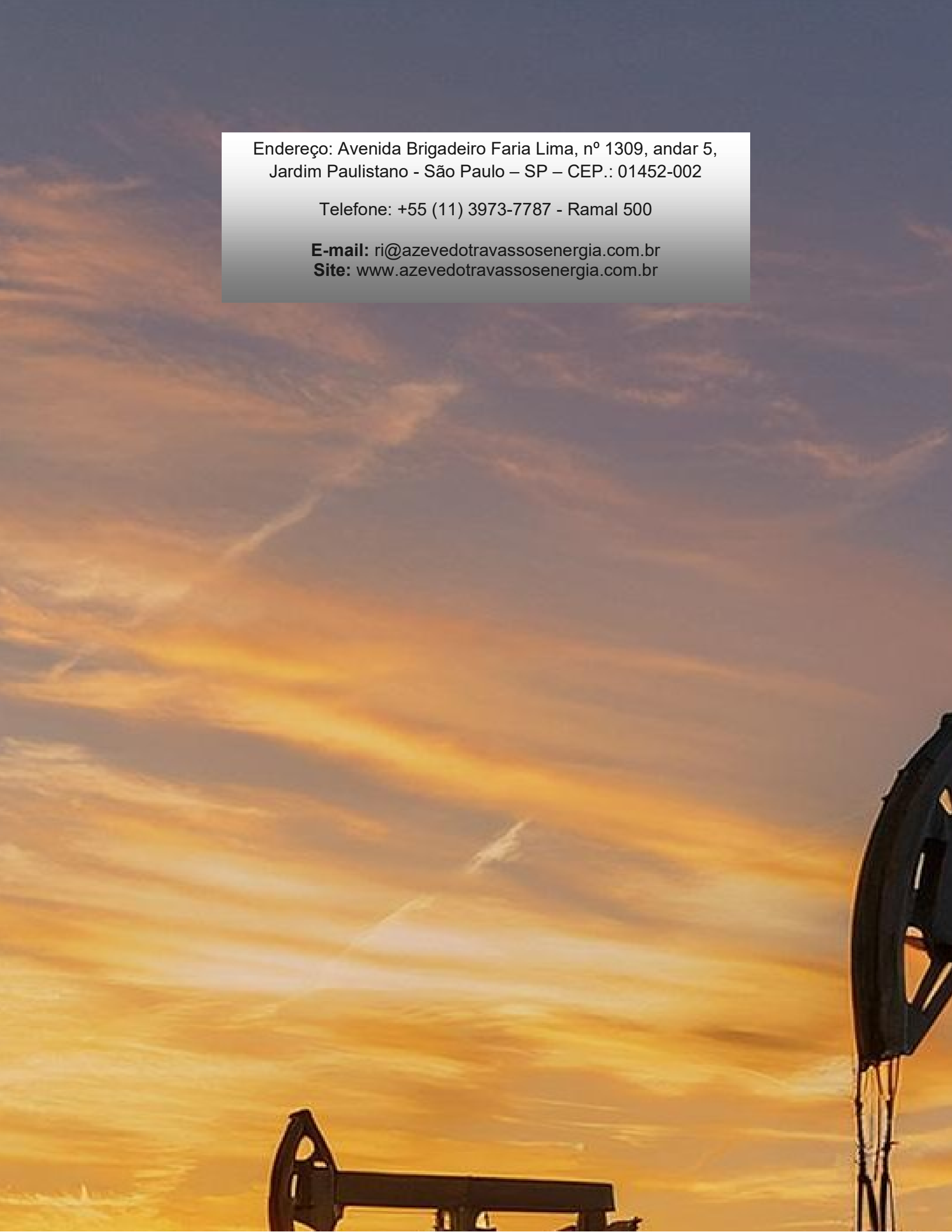


11.10. Contrato de Compra e Venda do Gás Produzido no Polo Periquito

Em junho de 2025, a PHOENIX assinou um Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Empresa Natural Gás Distribuidora Ltda (“Natural Gás”). O contrato tem vigência de 36 (trinta e seis) meses e prevê o fornecimento de até 20.000 m³/dia de gás natural, volume equivalente a 125,8 barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), proveniente dos Campos de Periquito, Periquito Norte e Periquito Nordeste, operados pela PHOENIX.

Em linha com o plano estratégico de desenvolvimento da PHOENIX, a produção de gás deverá atingir 55.000 m³/dia (346 boe/dia) com a perfuração de três novos poços: PQO-4 e PQO-5, no Campo de Periquito, ainda em 2025, e o poço PQN-1, no Campo de Periquito Norte, previsto para o início de 2026. Em 28 de julho de 2025, a PHOENIX iniciou a produção comercial de gás natural por meio da reativação do poço 1-ALC-4-RN no Campo de Periquito.

A celebração deste contrato e o início do fornecimento de gás natural representam um passo estratégico no desenvolvimento dos ativos da PHOENIX, com o objetivo de confirmar as reservas de gás e viabilizar novas campanhas de perfuração, visando o crescimento contínuo e sustentável da produção.

The background of the entire page is a photograph of an oil pumpjack (jackal) in silhouette against a dramatic sunset sky. The sky is filled with horizontal, wispy clouds in shades of orange, yellow, and light blue. The pumpjack is visible in the lower portion of the frame, with its characteristic walking beam and counterweights.

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1309, andar 5,
Jardim Paulistano - São Paulo – SP – CEP.: 01452-002

Telefone: +55 (11) 3973-7787 - Ramal 500

E-mail: ri@azevedotravassosenergia.com.br

Site: www.azevedotravassosenergia.com.br